

## CNJ apresenta Justiça em Números 2018, com dados dos 90 tribunais



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou, no dia 27/08, durante a Reunião Preparatória para o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, o Relatório Justiça em Números 2018, que reúne dados de 90 tribunais sobre o funcionamento da Justiça referentes ao ano anterior, 2017. O estudo aborda toda a atividade da Justiça brasileira, com exceção do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Poucos países do mundo conseguem dados com a extensão e grau de transparência que o Poder Judiciário oferece”, destacou Maria Tereza Sadek, diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), responsável pela publicação do Justiça em Números. A diretora do DPJ destacou, ainda, a regularidade anual das informações do relatório, que já está em sua 14ª edição. “Se compararmos com o Poder Executivo, por exemplo, o último censo do IBGE é de 2010. Todos os órgãos do Poder Judiciário estão sendo publicitados. É o segundo ano que reunimos dados sobre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o primeiro ano que mostramos dados sobre o CNJ”.

O levantamento, principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário desde 2004, apresenta um detalhamento da estrutura e litigiosidade do Poder Judiciário, além dos indicadores e das análises essenciais para subsidiar a Gestão Judiciária brasileira. Entre os indicadores, por exemplo, estão índices de produtividade de magistrados e servidores, a taxa de congestionamento de processos,

### Aniversariantes

**Hoje:** Juiz federal João Paulo Piropo de Abreu (Paulo Afonso), Ana Lucia Guerreiro dos Santos (6ª Vara) e Selma Silva Santos (NUCAF). **Amanhã:** Juiz federal César Cintra Fonseca (2ª Vara) e Roselir da Conceição (NUASG).

**Parabéns!**

bem como a despesa do Poder Judiciário e o custo por habitante.

Como inovações do relatório deste ano, a diretora Maria Tereza Sadek apresentou a cartografia das comarcas, que mostra quais locais contam com o Poder Judiciário, bem como os indicadores de acesso à Justiça e a população atendida em Justiça gratuita. “83,4 % da população reside em sede de comarca, o que é um índice alto e significativo do ponto de vista da distribuição e acesso à Justiça”, disse Sadek.

O relatório mostra que o Poder Judiciário está estruturado em 15.398 unidades judiciárias, com 20 a mais em comparação a 2016. Durante o ano de 2017, ingressaram 29,1 milhões de processos e foram baixados 31 milhões, ou seja, o Poder Judiciário decidiu 6,5% a mais de processos do que a demanda de casos novos.

O Judiciário chegou ao final do ano de 2017 com um acervo de 80,1 milhões de processos que aguardam uma solução definitiva. No entanto, o ano de 2017 foi o de menor crescimento do estoque desde 2009, período computado para série histórica da pesquisa, com variação de

## Justiça Federal Hoje adere à campanha de sustentabilidade na SJBA

Com o auge da era digital, as iniciativas sustentáveis tornam-se rotina na Seção Judiciária da Bahia. Seja nas pautas do Justiça Federal Hoje, nos e-mails institucionais, ou na tela dos computadores dos magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço.

Com isto, a partir desta segunda-feira (03/09) o JFH dá mais um passo em adesão a campanha de economia de impressão reduzindo o número de edições impressas de 25 para quatro, sendo duas do prédio JEFs e duas do Fórum Teixeira

0,3%. Isso significa um incremento de 244 mil casos em relação a 2016.

No período de 2009 a 2017, a taxa de crescimento médio do estoque foi de 4% ao ano. O crescimento acumulado no período 2009-2017 foi de 31,9%, ou seja, acréscimo de 19,4 milhões de processos.

A Justiça Estadual concentra a maior parte do estoque de processos: 63.482 milhões, o que equivale a 79% dos processos pendentes. A Justiça Federal concentra 12,9% dos processos, e a Justiça Trabalhista, 6,9%. Os demais segmentos, juntos, acumulam 1% dos casos pendentes.

Em 2017, cada juiz brasileiro julgou, em média, 1819 processos, o que equivale a 7,2 casos por dia útil - esse é o maior índice de produtividade desde 2009. Os índices de produtividade dos magistrados (IPM) e dos servidores (IPS-Jud) são calculados pela relação entre o volume de casos baixados e o número de magistrados e servidores que atuaram durante o ano na jurisdição. Em 2017, o IPM e o IPS-Jud variaram positivamente no último ano em 3,3% e 7,1%, respectivamente.

**SJBA na Justiça em Números** - No resultado de IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça) de 2017 por seção judiciária, a Seção Judiciária da Bahia obteve o quarto maior indicador dentre as seções do Tribunal Regional da Primeira Região com 54%, ficando atrás somente das seções judiciárias do Maranhão, Piauí e Pará.

O relatório ainda traz dados da SJBA referente ao Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) e Taxa de Congestionamento (TC).

Para conferir o conteúdo na íntegra da Justiça em Números 2018, acesse: <http://bit.ly/2NJ4GYC>

Com informações do CNJ

de Freitas, que serão colocadas ao lado dos elevadores no térreo dos prédios anexo e sede.

Vale lembrar que, todas as edições continuarão sendo enviadas no e-mail institucional, bem como estarão disponíveis no site: <http://bit.ly/2QOMewc> e na página da SJBA no Facebook: <http://bit.ly/2MN6UKn>

Os demais displays poderão ser utilizados pelas Varas dos respectivos andares para divulgação de Avisos de Inspeção.

## JFH HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



**02/09/08 - Subseção Judiciária de Itabuna inaugura programa “Semente Cidadã”** - Aconteceu na última sexta-feira, na Subseção Judiciária de Itabuna, o lançamento oficial do Programa “Semente Cidadã”. Dando seguimento a uma experiência piloto ocorrida no mês de março, quando foram recepcionadas 40 crianças do Colégio Militar, para visita à Justiça Federal de Itabuna, a Subseção abriu suas portas, mais uma vez, para visita, dando um primeiro passo no sentido de imprimir o relevante papel social da Justiça Federal de primeira instância, que, nas palavras da juíza federal, Maízia Pamponet, vai além da árdua tarefa de julgar.

O programa, que se inicia com visitas mensais de crianças do ensino fundamental das escolas públicas locais às dependências da Subseção de Itabuna, tem por ideal aproximar o Judiciário da comunidade local, informando e esclarecendo acerca do papel, competência e importância do Poder Judiciário, sobretudo da Justiça Federal.

Na ocasião, os alunos participaram de uma breve palestra proferida por servidores da casa (Daniela, Caroline e Dorinei), assistiram a uma exposição de slides, e, em seguida, fizeram visita guiada à Secretaria, Gabinetes e demais dependências da Subseção. (...)

Estiveram presentes à solenidade, dentre outras autoridades, o desembargador federal e vice-presidente do TRF da 1ª Região Antonio Ezequiel da Silva, representando a Presidência do Tribunal; Dra. Karine Costa Carlos, juíza federal substituta da Subseção de Ilhéus; Dra. Maria Pilar Cerqueira Menezes, promotora de Justiça coordenadora do Ministério Público Estadual em Itabuna; Gustavo Joaquim Lisboa, professor e secretário de Educação e Cultura do Município, além representantes das empresas parceiras do programa.